



Ex-prefeito de Guar reconquista direitos políticos

O ex-prefeito do município de Guar (SP), Alcides Furtado, e o ex-assessor de Departamento do município, Aalbert Tannous, condenados por improbidade administrativa, terão os seus direitos políticos de volta. A decisão unânime  da 2 Turma do Superior Tribunal de Justiça. A Turma, entretanto, manteve a pena de ressarcimento ao erário.

O Ministério Público do Estado de São Paulo propôs Ao Civil Pública contra Furtado e Tannous por suposta prática de atos de improbidade administrativa consistente na acumulao indevida de cargos públicos. O primeiro foi acusado de nomear e o segundo de receber a remunerao – no município de Guar, causando lesão ao erário municipal.

Na decisão de primeiro grau, o juiz julgou procedente a ao para condenar os réus a ressarcir integralmente o dano causado ao município de Guar em decorrência da acumulao remunerada de cargos públicos. Também suspendeu os direitos políticos.

Ambos recorreram da decisão. Alegaram cerceamento de defesa em razão do julgamento antecipado, inépcia da inicial e ilegitimidade do Ministério Público. Sustentaram, ainda, compatibilidade de horários para desempenho dos cargos, sendo possível a acumulao de um cargo com outro cargo técnico, inexistência de prejuízo ao erário e desproporcionalidade das sanoes. O Tribunal de Justiça de São Paulo negou os recursos e manteve a decisão de primeiro grau. Assim, ambos recorreram ao STJ.

Sobre a alegao de cerceamento de defesa em virtude do julgamento antecipado do processo e o ato de improbidade, o relator, ministro Castro Meira, destacou que o conhecimento dos recursos esbarra na Súmula 7 do STJ.

Em relao  aplicao cumulativa das penas por ato de improbidade, o ministro considerou não haver razão para tanto. Segundo ele, deve ser mantida somente a de ressarcimento ao erário. “No caso dos autos, o dano causado aos cofres municipais é de pequena monta, já que se trata de Ao Civil Pública por ato de improbidade decorrente da acumulao indevida de cargo e emprego públicos. E, também, não houve indícios de que o agente tenha obtido proveito patrimonial”, afirmou.

Resp 794155

Date Created

29/08/2006